

396201500124



Junte-se ao processado do

nº 13 de 2013

Em 14 / 02 / 15

**Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos do Poder Executivo Federal**

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400.

E-mails da Presidência: [joserobertosenno@gmail.com](mailto:joserobertosenno@gmail.com) e [joserssenno@hotmail.com](mailto:joserssenno@hotmail.com)

**OFÍCIO Nº 925/581/2014/PRESIDÊNCIA-ANSEAF**

Brasília-DF, 21 de dezembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor

Senador da República **RENAN CALHEIROS**

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

End.: Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900

**Assunto:** solicitação de inclusão do **PLC 13, de 2013**, na pauta de votação desta semana no Plenário do Senado.

**Excelentíssimo Senhor Senador da República Presidente do Senado Federal,**

1. Venho reiterar a solicitação a Vossa Excelência para **incluir o PLC 13, de 2013, na pauta de votação desta semana no Plenário do Senado.**

2. Este PLC 13/2013 vem percorrendo uma longa caminhada nas Casas Legislativas da República brasileira, pois foi apresentado em julho de 2010 (origem PL 7607/2010), sendo sempre aprovado na Câmara dos Deputados e em 2 Comissões Permanentes do Senado (na CAS em ago/2013 e na CCJ em nov/2014). O PLC 13/2013 é terminativo. Teve Parecer favorável de todos os 5 Relatores (de partidos da base do governo e da oposição ao governo). **Tais aprovações e o longo tempo de “amadurecimento” o tornam um consenso no Legislativo, merecendo ir à votação.**

3. Os “agentes” da infraestrutura e do desenvolvimento são os engenheiros, arquitetos urbanistas e engenheiros-agrônomos brasileiros.

4. O TCU em trabalho recente com os demais tribunais de contas brasileiros, num amplo exame da realidade da governança da Administração Pública da União, Estados e Municípios sobre as obras de infraestrutura, tem apontado a desvalorização dos técnicos, a falta de quadro técnico, a falta de planejamento, falhas nos projetos executivos, falhas na





**Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos do Poder Executivo Federal**

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400.

E-mails da Presidência: [joserobertosenno@gmail.com](mailto:joserobertosenno@gmail.com) e [josersenno@hotmail.com](mailto:josersenno@hotmail.com)

fiscalização, obras com graves problemas (mal projetada, mal executada, perda de qualidade, longos prazos com acréscimos de mais prazos, valores sempre crescentes por meio de aditivos, pouca eficiência e efetividade, etc). E este relatório do TCU foi encaminhado à Presidência da República e ao Congresso Nacional, e teve ainda no dia 17 de novembro de 2014 um evento “Pacto pela Boa Governança: um retrato do Brasil”, no qual foi apresentado ao presidente da República em exercício, Michel Temer, e aos governadores eleitos documento com diagnóstico sobre importantes temas do País.

5. Portanto, já tarda o reconhecimento como “carreiras típicas de Estado” a estes servidores engenheiros, arquitetos urbanistas e engenheiros-agrônomos da Administração Pública brasileira (**há 16 carreiras**, atualmente, como “carreira típica de Estado”, entre elas as de advogado – e há advogado na iniciativa privada e na Administração Pública, só que na Adm. Pública é “carreira típica de Estado”).

6. **Carreira típica de Estado é a que a Lei indicar.** Ela está prevista na EC 19. E não diz respeito ao Regime Jurídico Único da União (que é a Lei 8.112/90 – que também já foi várias vezes alteradas por iniciativas parlamentares, como exemplo PLC 41/2010 do dep. Reginaldo Lopes). Já há o Parecer 1469/2009 da CCJ/Senado aprovado por unanimidade com votos de Senadores do PT, PSDB e demais **pela constitucionalidade** deste tipo de matéria.

7. O Brasil, pela Constituição Federal, é uma República Federativa. Numa federação (e a própria Constituição Federal reconhece isto) não existe poder soberano e nem unidade soberana (portanto, há autonomia, mas relativa), já que estão todos imbricados, e se exige convivência harmoniosa; sendo essencial uma atuação harmônica, coordenada, eficiente e articulada entre todos estes atores da federação.

Respeitosamente,

Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho **José Roberto Senno**  
Presidente da ANSEAF - Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos do Poder Executivo Federal

## EXCELENTÍSSIMOS SENHORES SENADORES DA REPÚBLICA,

PLC 13 DE 2013 – UM REINÍCIO SIMBÓLICO DA VALORIZAÇÃO NO BRASIL PARA OS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA.

*"O planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com o futuro de decisões presentes."*

*"A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo."*

- Peter Drucker (considerado "pai" da Administração moderna).

Deverá ser votado nos próximos dias pelos Senadores da República no Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 13 de 2013 (PLC 13/2013).

É uma retomada da profissionalização da Engenharia, Arquitetura Urbanismo e Agronomia na Administração Pública do Brasil (com repercussão direta por mais trabalho e mais eficiência na iniciativa privada); áreas e profissionais que tiveram estrutura, condições de trabalho, quadros e valorização de suas atividades precarizadas (tornadas frágeis, incertas, precárias...) ao longo das últimas 4 décadas aproximadamente.

O Brasil, pela Constituição Federal, é uma República Federativa. Na Constituição Federal não existe poder soberano, e as unidades federadas tem autonomia, relativizada, pois estão todos imbricados, exige convivência harmoniosa; é essencial uma atuação harmônica, coordenada, eficiente e articulada entre todos esses atores.

O Congresso Nacional faz por ano mais de uma centena de Leis implicado responsabilidade a União, Estados e Municípios.

A Administração Pública tem a seu favor a "reserva do possível" e o "interesse público" – ambos com status constitucional, portanto, garantias maiores (na hierarquia das leis) do que a lei ordinária de "carreira típica de Estado".

O PLC 13/2013 é uma chancela de segurança para a sociedade, e também um indicativo do Estado brasileiro para a priorização dos "agentes da infraestrutura e do desenvolvimento do país".

**E ao Congresso Nacional que por meio da constituinte coube organizar o Estado no Brasil, também cabe indicar a este Estado à valorização que sua estrutura ainda se mostra carente.**

**OBSERVAÇÃO: JÁ IMAGINARAM SE COUBESSE A CADA EXECUTIVO DEFINIR, SERIAM MAIS DE 5.798 UNIDADES FEDERADAS A DEFINIR CADA A UM A SUA MANEIRA.**

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO FUTURO.

Todo país precisa de Governo e de Administração Pública. Todos os países, todos os Governos e todas as Administrações Públicas precisam de: planejamento, gestão, políticas públicas... e, estes, de servidores especializados.



A construção de um caminho para um país deve ter ciência, técnica e gestão profissional (e não imprecisão!...). E, portanto, precisa esta construção de servidores públicos que lhes sejam essenciais a auxiliar às políticas públicas.

Se o Brasil precisa construir infraestrutura pelos próximos 30 anos, inevitavelmente, então tem que valorizar os servidores públicos agentes desta construção. Cabem ao País, ao Governo e a Administração Pública profissionalizar-se para cumprir cada um a sua missão.

É nestas condições básicas, essenciais, modernas, necessárias ao Brasil que se insere o PLC nº 13 de 2013. Este PLC nº 13/2013 não tem ônus para o Governo, mas é um chamamento à importância dos profissionais mais necessários para a construção da infraestrutura do país. Isto não é tudo, mas sem este PLC não haverá nada, ou melhor, haverá sempre: muito desperdício, obras paralisadas, povo na rua reclamando de falta de escola, falta de hospitais, falta de posto médico, falta de saneamento, péssima mobilidade urbana, insuficiência de meios de comunicações, apagão e falta de energia elétrica suficiente, falta de preservação do meio ambiente, má qualidade do ar que respiramos, falta de planejamento urbano, regional, estadual, do país, da integração sul-americana...

#### PLC 13, DE 2013.

O Projeto de Lei é de autoria do Deputado José Chaves, e tem por objetivo acrescentar parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194 de 1966, para determinar que *as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado*. A justificativa da proposta menciona a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que trouxe o conceito de “atividade exclusiva de Estado” para caracterizar algumas carreiras especiais, que na concepção inicial era para aquelas que não encontram similar em outros setores (forças armadas, embaixadores e juizes); tendo evoluído para aquelas que são “essenciais” ao Estado (a exemplo de advogados e auditores). Na visão do autor do projeto, as carreiras de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo devem ser assim consideradas, pois sua presença é insubstituível em *todas as atividades da economia nacional*. O Projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, e teve como Relatora a Senadora Ana Amélia, que defendeu a medida pelo seu intento de valorizar profissionais da maior importância para o progresso do país.

O PLC 13, de 2013, também foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, onde teve Parecer favorável do Relator Senador Romero Jucá, que em sua análise neste Parecer cita (motiva): “o projeto merece acolhida no âmbito desta Comissão por se mostrar compatível com os dispositivos constitucionais relativos aos servidores públicos, e em especial com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que reconheceu a necessidade de proteger de maneira singular os agentes que exercem funções insubstituíveis na administração do Estado. Não cremos que seus termos ferem a questão da iniciativa reservada ao Chefe da Nação, pois o que se pretende é tão somente enquadrar os referidos servidores entre aqueles que desenvolvem serviços típicos de Estado. Com essa medida, o projeto valoriza profissionais cujo trabalho é imprescindível para o desenvolvimento econômico e para o bem estar da sociedade. Nesse sentido, consideramos a proposição afinada com os postulados magnos que buscam aprimorar a administração pública, cuja eficiência é um dos princípios que devem ser alcançados pelos Poderes de todos os entes federativos, de acordo com o art. 37 da Lei Maior. Como bem ressalta o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, o projeto é altamente meritório, pois é o trabalho dos citados profissionais aquele que

*mais possibilita a edificação de estruturas condutoras do desenvolvimento nacional, entre as quais se destaca a sustentabilidade e as políticas públicas tendentes a levar o Brasil a figurar como país de primeiro mundo. Pensamos, ainda, que o projeto não apresenta incongruência com nenhuma norma infraconstitucional vigente, e mostra-se redigido em boa técnica legislativa. Portanto, nada há que desaconselhe sua aprovação”.*

O PLC 13 de 2013 não tem ônus financeiro ao Governo. E é um reconhecimento tardio aos servidores públicos “agentes da infraestrutura e do desenvolvimento do País”, pois já há outras 16 carreiras com tal “status” administrativo.

O autor da Emenda Constitucional nº 19, de 1998 (EC 19) foi o então Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira do MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (no Governo FHC, em 1995-1998).

Nota (1): a EC 19 criou as “carreiras típicas de Estado”, que não tem nada a ver com o Regime Jurídico Único (= Lei 8.112/90), sendo que este também já sofreu muitas alterações, inclusive algumas por iniciativa parlamentar (desde que não trate de recursos orçamentários, foi possível).

Em artigo publicado no Jornal Folha de S. Paulo (em 27/08/2012), sob o título “**Onde estão nossos engenheiros?**”, o **ex-ministro Bresser-Pereira** expôs a importância para o país dos Engenheiros.

#### “ONDE ESTÃO NOSSOS ENGENHEIROS?”

*Dada a necessidade premente de investimentos na infraestrutura, o governo Dilma decidiu conceder à iniciativa privada os principais aeroportos brasileiros, e, em seguida, estradas de rodagem e ferrovias.*

*Não há garantia de que os serviços passem agora a ser realizados com mais eficiência. O mais provável é que custarão mais caro, porque as empresas terão condições de transferir para os usuários suas ineficiências e garantir seus lucros.*

*Por que, então, a presidente Dilma Rousseff tomou essa decisão? Não foi porque falem recursos financeiros ao Estado, já que caberá ao BNDES financiar grande parte dos investimentos. Nem porque acredite na “verdade” de que a iniciativa privada é sempre mais eficiente.*

*Não obstante, foi uma decisão correta, porque falta capacidade de formulação e de gestão de projetos ao governo federal. Ou, em outras palavras, porque faltam engenheiros no Estado brasileiro.*

*Há advogados e economistas de sobra, mas faltam dramaticamente engenheiros. Enquanto mais de 80% da alta burocracia chinesa é formada por engenheiros, no Brasil não devem somar nem mesmo 10%.*

Observação nossa (1): em verdade são menos de 1% em atividade, e se observados os aposentados e os pensionistas são menos de 2% - vide números do Ministério do Planejamento (sobre pessoal) e do site Transparência Brasil.

*Ora, se há uma profissão que é fundamental para o desenvolvimento, tanto no setor privado quanto no governo, é a engenharia. Nos setores que o mercado não tem capacidade de coordenar são necessários planos de investimento, e, em seguida, engenheiros que formulem os projetos de investimento e depois se encarreguem da gestão da execução.*

*Mas isto foi esquecido no Brasil...*



*A crise da engenharia brasileira começou na grande crise financeira da dívida externa dos anos 1980. No início dos anos 1990, no governo Collor, o desmonte do setor de engenharia do Estado acelerou-se. Dizia-se então que estava havendo o desmonte de todo o governo federal, mas não foi bem assim.*

*Há quatro setores no governo: jurídico, econômico, social e de engenharia. Ninguém tem força para desmontar os dois primeiros; seria possível desmontar o setor social, mas, com a transição democrática e a Constituição de 1988, ele passou a ser prioritário. Restava o setor de engenharia - foi esse o setor que se desmontou enquanto se privatizavam as empresas.*

Observação nossa (2): discordamos do autor neste ponto em que indica o Governo do Presidente Collor, pois entendemos que foi um processo histórico mais amplo. A desestruturação da engenharia e da arquitetura foi ocorrendo ao longo de sucessivas crises do Estado brasileiro: a) crises do petróleo (1973 e 1978); b) esgotamento do modelo de inúmeras Estatais, e da política econômica de substituição das importações ao final do governo Ernesto Geisel, com efeito já no início do governo João Figueiredo; c) aumento do processo inflacionário; d) crise fiscal do Estado; e) moratória do governo José Sarney; f) privatizações governo Fernando Collor; g) continuidade inercial da desestruturação nos últimos 16 anos; e h) perpassando por todo este período pela cultura das elites políticas e empresariais brasileiras de: financiamento de campanhas políticas, realizações de curto prazo (dentro do mandato do governante), falta das culturas no Brasil de planejamento de longo prazo e da manutenção da infraestrutura, aparelhamento político do Estado...

Observação nossa (3): A privatização exerce um efeito psicológico das elites por entenderem elas que não precisará mais de Administração Pública (Estado) naquele setor. Em verdade ainda precisará de regulação, fiscalização, políticas públicas, diretrizes, integração com outras políticas e planejamento, portanto, necessitando o Estado de auxílio de profissionais habilitados e preparados nestas áreas. E ainda mais que muitas destas áreas são estratégicas ao País e ao Estado no concerto das nações.

*Quando fui ministro da Administração Federal (1995-98) isso não estava claro para mim como está hoje. Eu tinha uma intuição do problema e, por isso, planejei realizar concursos parciais para a carreira de gestores públicos que seriam destinados a engenheiros na medida em que as questões seriam de engenharia, mas acabei não levando a cabo o projeto.*

*Quando o governo Lula formulou o PAC, reconheceu que os setores monopolistas necessitavam de planejamento, mas não tratou de equipar o Estado para que os projetos fossem realizados. Agora o problema está claro. Fortalecer a engenharia brasileira nos três níveis do Estado é prioridade.*

*O Brasil e seu Estado precisam de engenheiros. De muitos. Vamos tratar de formá-los e prestigiá-los."*

**Parte das discussões sobre o PLC 13 de 2013 na CCJ em 5.11.2014 – Senado Federal (fonte: notas taquigráficas daquela reunião):**

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB - SE) – “Presidente,...**

*Então, Sr. Presidente, acho que vale até, como disse o Senador Crivella, pelo efeito ou simbolismo da sua aprovação, reconhecendo que os engenheiros, de um modo geral – eu conheço a situação no meu e de outros Estados –, recebem salários ou remuneração*

*irrisórios, humilhantes, aviltantes... Este projeto que estamos aprovando aqui... já dá um recado aos Governos no sentido de que respeitem esses profissionais..."*

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – *"Sr. Presidente, eu queria a atenção dos nobres Senadores e Senadoras para fazer aqui três observações.*

*A primeira delas: nós estamos aqui discutindo um projeto que não é inconstitucional. Aliás, esse projeto já passou na Câmara dos Deputados, está aqui, em última instância como terminativo, e vai à sanção da Presidente.*

*O que esse projeto diz? Na verdade, esse projeto é uma sinalização política e técnica. Esse projeto não impinge qualquer tipo de despesa a Estados, Municípios ou União. Qualquer acréscimo de salário terá de ser fruto de uma lei específica para ser discutida. Mas o que diz o projeto? Primeiro, os ocupantes de cargos efetivos no serviço público – portanto, os servidores concursados que estão atuando no sentido de fazer a sua profissão –, nesse caso, os servidores efetivos que estão atuando, as atividades deles estão sendo reconhecidas como essenciais e exclusivas, porque o são. Na verdade, o atesto de uma obra não pode ser feito por outra pessoa, a não ser o engenheiro especificamente definido para isso. Então, o que se está reforçando aqui é o papel funcional, profissional de servidores que são extremamente importantes e que não têm esse reconhecimento..."*

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – *"Já existe a obrigação, mas não há o reconhecimento."*

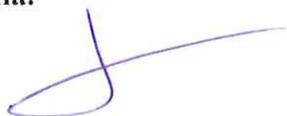
**"O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – *"Já existe a obrigação, mas não há, no papel, o reconhecimento técnico e político da sua grandeza, da sua atuação. Não estamos aqui tratando de aumento de salário, não estamos tratando aqui de diferenciação de categorias. Estamos dizendo que quem é efetivo, quem é engenheiro tem um papel essencial e que a sua atividade tem que, efetivamente, ser considerada exclusiva e, portanto, não pode ser feita por outras pessoas em detrimento... O que é função do engenheiro não pode ser feito por um técnico em engenharia, por exemplo, ou por um técnico em agrimensura, e por aí vai.*

*Na verdade, isso aqui é uma sinalização, uma explicitação política da prioridade que se tem de dar a engenharia, arquitetura e agronomia no País. É só isso. A discussão de ampliação de salário vai depender da alçada municipal, da alçada estadual e da alçada federal. Isso depende de lei específica, e a legislação é clara quanto a isso.*

*Agora, se nós pudermos fazer esse gesto e encaminharmos a matéria para sanção, acho que o Congresso deveria fazê-lo, e eu voto para que seja feito. Se houver veto da Presidência da República, o Congresso tem 30 dias para apreciá-lo. E se houver veto da Presidente da República, eu vou trabalhar para derrubar esse veto, porque isso é prioridade para a construção do País, independentemente de qualquer Governo.*

*Portanto, Sr. Presidente, feitos esses esclarecimentos técnicos, não há inconstitucionalidade, não há qualquer tipo de quebra de hierarquia estadual, municipal ou federal. Portanto, pela valorização dos técnicos e profissionais da engenharia e da arquitetura no Brasil, eu peço o voto "sim", Sr. Presidente."*

**O PLC 13 de 2013 – é uma sinalização dos Governantes do País e um reinício simbólico pela valorização no Brasil para os profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia.**



*"Os cientistas descobrem o mundo que existe; os engenheiros criam o mundo que nunca existiu."* – Físico e cientista aeroespacial Theodore Von Kármán - muitas vezes cognominado como 'pai da era supersônica'.  
*"As autoridades nos EUA são paranoicas em relação a formação de engenheiros. Vivem fazendo comparações com a China e outros países. Não vejo isso no Brasil."* - Mário Queiroz, vice-presidente mundial da Google - em entrevista na revista Época de 25.8.2014. Mário Queiroz (que é brasileiro) foi apontado como o quarto profissional mais criativo do mundo, segundo a lista publicada em maio/2014 pela revista americana "Fast Company".

#### UM EXEMPLO AO BRASIL EXISTENTE NA HISTÓRIA RECENTE.

Por volta do fim da década de 70 (do séc. XX), Brasil e China tomaram decisões diferentes: a China resolveu ampliar seus quadros de Engenheiros, investir em infraestrutura e no Brasil houve a desestruturação da Engenharia na Administração Pública. A China ocupava o 32º lugar entre as nações de maiores PIB. O PIB da China equivalia aprox. **1,5 vezes** o PIB do Brasil. Atualmente (neste ano de 2014, muito provavelmente) a China que é a 2ª economia no PIB, poderá ser a 1ª economia mundial, tendo o maior PIB. Já o Brasil será a 7ª economia mundial medida em PIB; mas o PIB da China equivalerá aprox. **5 vezes** o PIB do Brasil.

Medido em paridade de poder de compra, nosso produto por habitante no fim de 2013 correspondia a 28% do valor americano – apenas 3 pontos acima do que era em 1998. No mesmo período de 15 anos, a China ganhou 15 pontos (fonte: revista Exame de nov/2014).

Notas (2): a) observo que não estou propondo seguirmos o modelo econômico chinês, mas sua inteligente proposição pelos investimentos em infraestrutura pela multiplicação dos fatores que induz ao crescimento econômico; b) outro aspecto importante, que muitos indicam erroneamente (= dizem que a China investiu em educação, mas não foi assim, a educação foi um processo gradual que acompanhou a infraestrutura e foi por esta infraestrutura induzida), é que foi a infraestrutura que fez o povo necessitar de mais instrução e mais alimento; daí ter à China feito investimentos em educação e alimentos, por indução da necessidade de construir a infraestrutura (que desenvolveu o País).

#### OUTRO EXEMPLO AO BRASIL EXISTENTE NO PRÓPRIO BRASIL.

##### EMBRAPA, EMATER E OUTRAS ESTRUTURAS.

O Brasil cresceu numa média de 4,5% ao ano nas últimas 4 décadas na produção agrícola. Este é um feito dos Engenheiros-Agrônomos brasileiro (utilizando-se da ciência, técnicas, práticas e, especialmente, de pesquisas em Agronomia), sendo que entre muitos atores deste processo vitorioso estão duas estruturas do Estado brasileiro: EMBRAPA e EMATER.

A EMATER foi uma evolução das entidades associativas de serviços de assistência técnica e de desenvolvimento socioeconômico do homem do campo existentes nos anos 40 e 50 do século passado. A EMATER – entidades estaduais criadas nos anos 50 a 70 do séc. XX visavam promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população. Ao longo desse tempo, incorporou novos valores e conceitos modernos exigidos pelo agronegócio, atividade que se tornou vital para o desempenho positivo da

economia nacional. A Instituição atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, um contingente superior a centenas de milhares de famílias de assistidos em cada Estado da federação (no país são dezenas de milhões de agricultores), com área de atuação em quase todos os municípios brasileiros, muitas vezes em convênios com as Prefeituras.

A EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - foi criada em 26 de abril de 1973 e é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Desde a sua criação assumiu o desafio de desenvolver, em conjunto com parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País. Esse esforço ajudou a transformar o Brasil. Hoje a nossa agropecuária é uma das mais eficientes e sustentáveis do planeta. Incorporamos uma larga área de terras degradadas dos cerrados aos sistemas produtivos. Uma região que hoje é responsável por quase 50% da nossa produção de grãos. Quadruplicamos a oferta de carne bovina e suína e ampliamos em 22 vezes a oferta de frango. Essas são algumas das conquistas que tiraram o País de uma condição de importador de alimentos básicos para a condição de um dos maiores produtores e exportadores mundiais.

Entra crise, sai crise, o crescimento econômico do Brasil continua fortemente apoiado na agricultura. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. E há estudo que demonstra que nos próximos anos o país deve atingir a primeira colocação nesse ranking. A produção agrícola brasileira tem sido a maior fonte de recursos financeiros ao país, por meio das exportações, além de ter servido de âncora econômica para a preservação do Plano Real, da criação até os dias atuais.

#### MAIS OUTROS EXEMPLOS NO BRASIL.

Duas das maiores empresas brasileiras, que estão entre as maiores do mundo, são empresas genuinamente construídas por engenheiros e pelo Estado brasileiro: Petrobras e Embraer. Fizemos as maiores hidrelétricas do mundo. Construimos a maior rede de açudes do planeta Terra no nordeste brasileiro (são mais de 70 mil), por meio do DNOCS (atualmente "sucateado"). Arquitetos urbanistas e engenheiros permitiram que nos últimos 70 anos o Brasil saísse da condição de país predominantemente rural para um país onde 85% da população vivem nas cidades (centros urbanos).

**Incluir engenheiros, arquitetos e agrônomos em carreiras típicas de Estado** deve ser parte de um **projeto de nação**, visto que é a infraestrutura que sustenta todos os pilares da economia e do desenvolvimento. O nosso País precisa cumprir seu destino. Dizemos: "O Brasil é o País do futuro!" (frase de autoria do escritor vienense Stefan Zweig, derivada do título de um livro dele de 1941) e até hoje esse futuro não chegou. Temos capacidade para estar entre os três ou quatro países de maior PIB do mundo, mas para isso é preciso investir em infraestrutura, o que gera a necessidade de investimento em engenharia. Se é da essência do Estado brasileiro às atividades estratégicas do País e se é a Administração Pública, em grande parte, executora das políticas públicas e indutora da economia, portanto, há que ser valorizado aqueles servidores públicos importantes para tais atividades estratégicas do Estado.

Ao incluir tais profissionais servidores públicos como carreira típica de Estado aumentamos a segurança da sociedade em relação ao Estado, pois, tem esta "chancela" de profissionais habilitados e valorizados.



Todo país de primeiro mundo se desenvolveu por meio da ciência. Todo país de primeiro mundo tem excelente infraestrutura. Todo país de primeiro mundo chegou lá aplicando a ciência, as técnicas, a prática e as pesquisas de Engenharia e valorizando os profissionais de Engenharia. Países mais desenvolvidos possuem parcela enorme de engenheiros em seus quadros na Administração Pública.

#### CAOS E AS PREMISSAS PARA A “ERA DAS TREVAS” -

É preciso evitar o desfalque provocado pelo desmonte das equipes técnicas que aconteceu no Brasil nos últimos 35 anos (em face principalmente das crises de: petróleo, fiscal do Estado e moratória). Os sintomas nefastos estão cada vez mais presentes (latentes e intensos), em maior número, diferentes e com consequências negativas para a população brasileira, sendo alguns deles: falta de capacidade de planejamento do Estado brasileiro (União, Estados e Municípios), “gargalo” da infraestrutura, “PIBinho”, “apagão” (agora denominados de “apaguinhos”), “crise hídrica”, “apagão logístico”, mobilidade caóticas das principais cidades brasileiras, déficit habitacional, “custo Brasil”, desindustrialização, baixa produtividade, perda de competitividade, 44% da população sem saneamento básico, falta de 220 mil vagas no sistema prisional, internet lenta, carência de estrutura em prédios escolares (faltam salas de aulas) e hospitalares (faltam leitos, e basta ver qualquer corredor de qualquer hospital), quantidade de mortes no trânsito, 62% das rodovias brasileiras com problemas (pesquisa da CNT deste ano); percentual elevado de perda da produção agrícola; “lixões” (aterros poluidores) nas cidades; obras superfaturadas, atrasadas, de baixa qualidade e de pouca efetividade para a sociedade; etc.

Outros sintomas: prédios caindo com dezenas de mortos (RJ, PE), encostas desmoronando com dezenas de mortes (todo ano no Brasil durante as chuvas de verão), boate incendiada com centenas de mortes (RS); bueiros explodindo (RJ), ônibus caindo em viaduto (RJ, MG, SP), trânsito que leva horas para o trabalhador chegar ao trabalho e para voltar para casa (em qualquer cidade de média para grande no Brasil)...

Casas, hospitais, escolas, estádios, asfalto, praças, postos de saúde, prédios, plantações, saneamento básico, eletricidade – são provenientes de obras e serviços de engenheiros, de arquitetos-urbanistas e de engenheiros-agrônomo.

Vejamos alguns indicadores atuais do Brasil no contexto das nações. E também alguns desperdícios. Precisamos mudá-los.

1. O Fórum Econômico Mundial, primeiro semestre de 2013, competitividade entre 144 países, mostra o Brasil: a) em 107º em infraestrutura; b) 123º em qualidade de rodovias; c) 135º qualidade dos portos; d) 134º transporte aéreo brasileiro; e) infraestrutura ferroviária em 100º lugar.
2. Pesquisas da Confederação Nacional dos Transportes de 2013 e de 2014, realizadas em rodovias brasileiras: aprox. 62% vão de regular a péssimo.
3. IBGE (out/2011): aproximadamente metade (44%) dos municípios brasileiros não tem rede de saneamento.
4. Os acidentes de trabalho atingem 75 bilhões de reais ao ano de prejuízo ao país – a maioria na construção civil – Phd José Pastore (professor e pesquisador) em palestra no TST em 20.10.2011. O marco regulatório em Engenharia de Segurança do Trabalho foi feito há mais de 30 anos para o setor privado, e até hoje não existe no setor público.
5. O Brasil teve um pequeno crescimento do PIB (em 2011, 2,7%; em 2012, 0,9%; em 2013, 2,3%; e com previsão para 2014 de 0,3%) – “vôo de galinha!” Pior: o crescimento do PIB per capita brasileiro de 1981 para cá, com os altos e baixos de três décadas, foi de apenas 1,1% ao ano (revista Exame/2014).

6. O País está em 85º no Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2013 (estabelecido pela ONU).

7. Em relação à mortalidade infantil, o Brasil ocupa o 97º lugar no ranking mundial, segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas) usados como referência pelo IBGE; mortalidade na infância, ou seja, de crianças com menos de 5 anos, o Brasil está em 94º lugar. Em relação à expectativa de vida (ou esperança de vida ao nascer), o Brasil está em 91º lugar na lista da ONU (com 73,6 anos) - fonte: UOL - São Paulo - 02/08/2013.

8. O Brasil ficou com a 73ª colocação no ranking divulgado ONG Transparência Internacional que mediu a percepção da corrupção em 2011 entre 183 nações avaliadas.

9. Na revista Veja: "*O domínio de facções criminosas e as condições nos presídios tornaram as mortes violentas uma constante na última década; o Brasil é o sétimo no ranking mundial da superlotação, uma queixa presente em todas as revoltas*". (sic)

10. Brasil ainda é um dos últimos em ranking de ensino. Um dos rankings mais respeitados, e que há mais de uma década chama a atenção de governos e estudiosos, é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês). Em matemática o Brasil ocupa a 58ª posição entre os 65 países participantes da última edição. E em ciências, o Brasil obteve o 59º lugar do ranking. Fonte: Estadão - 03/12/2013.

11. Em dois anos, setor industrial fecha mais de 200 mil postos de trabalho. Fonte: 29 de dezembro de 2013 | 2h 04 - DANIELA AMORIM, IDIANA TOMAZELLI / RIO - O Estado de S.Paulo.

12. O Ranking Doing Business 2013 do Banco Mundial e International Finance Corporation (IFC), divulgado pelas entidades em outubro de 2013, trouxe no indicador **obtenção de alvarás de construção** (referentes ao número de procedimentos e o tempo gasto para tal obtenção) o posicionamento do Brasil em **131º lugar**.

13. O padrão de mobilidade urbana no Brasil vem se alterando nos últimos anos com o aumento acelerado da taxa de motorização da população, o que significa mais acidentes de trânsito, maior poluição veicular e perda de tempo em função dos congestionamentos nos centros urbanos", diz documento do Ipea. Nesta situação, fora o principal, que é o prejuízo à qualidade vida de todos, existe ainda o ônus econômico. Estudo da Fundação Getúlio Vargas aponta, só na cidade de São Paulo, perdas equivalentes a 1% da produção de bens e serviços (PIB) nacional - **vão R\$ 40 bilhões ao ano para o ralo**. Do montante, 75% dizem respeito ao chamado custo de oportunidade – as riquezas que não são geradas enquanto toda a gente fica fechada dentro de um carro. Os demais 25% são de custo pecuniário – gastos com combustíveis e com tratamento de doenças decorrentes na inalação da queimas desses combustíveis; e a inflação do preço do frete, por tamanho tempo gasto em entregas. Mas o pior das cidades é que elas perderam na gestão municipal o controle sobre planejamento urbano, e o aumento dos veículos são apenas um sinal dos muitos problemas urbanos que existem. Temos Leis que possibilitam planejamento urbano, mas que se tornam apenas teoria sem aplicações práticas.

14. Segundo um estudo do Departamento de Competitividade de Tecnologia (Decomtec), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), **as empresas têm uma despesa anual extra de R\$ 17 bilhões** devido à precariedade da infraestrutura do país, incluindo péssimas condições das rodovias e sucateamento dos portos.



15. No que se refere à Política Industrial, a situação também é extremamente preocupante, pois o atual modelo econômico nos empurra para uma primarização da economia. O fato é que o Brasil está priorizando a exportação de *commodities* em detrimento das exportações de bens de maior valor agregado.

16. O Brasil ficou 57º no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial divulgado em 2/9/2014, que analisa 144 países por mais de 100 indicadores.

17. Os próximos 10 anos o Brasil precisará crescer o PIB a 4,5% ao ano para não estar fora da sigla BRICS - a afirmativa é do economista autor da sigla.

O grande espetáculo da ineficiência geral da economia brasileira é composto de muitos quadros. Aqui só indicamos alguns poucos, mas que já servem a um raciocínio elementar: faltam: profissionalização, estrutura, condições, valorização profissional... para estabelecer premissas básicas para solucionar os principais problemas brasileiros; a começar pelo Estado e pela Administração Pública.

Precisamos sair da cultura populista do Governo fazendo auxílios momentâneos, pontuais (e deixando de solucionar os problemas que são estruturantes), com graves efeitos colaterais, para construir soluções que por si só sustentam definitivamente correções necessárias, sustentam o desenvolvimento, ampliam a capacidade local e estimulam planejamento de longo prazo. Precisamos acabar com a cultura dos criadores de caos. Precisamos deixar de atirar medidas improvisadas furiosamente em alvos errados da economia brasileira. Precisamos deixar de tomar medidas conjunturais para resolver problemas estruturais (por exemplo, o que vem ocorrendo com as indústrias).

Todos os itens aqui citados indicam uma perversa realidade brasileira, mas cujas soluções estão sob a governança e as diretrizes do Governo com auxílio dos servidores públicos engenheiros, arquitetos e agrônomos. Todos, sem exceção, exigem a estruturação das áreas de engenharia, de arquitetura urbanismo, de agronomia e de geologia na Administração Pública brasileira em todos os entes da federação (federal, distrital, estaduais e municipais).

É necessário implantar a cultura do planejamento com a exigência de projetos executivos de qualidade, pois o preço do projeto corresponde a aprox. 1% do valor da obra, devendo ter-se prazo adequado antecedente ao projeto para estudos e soluções apropriados. É preciso recuperar uma função central do Estado de planejamento de longo prazo em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país. Estudos, planejamento e bons Projetos da Administração Pública são essenciais para a eficiência da aplicação dos recursos públicos (pois facilita e agiliza a implantação de qualquer empreendimento), para atender à crescente demanda da população por serviços públicos cada vez mais complexos, para as políticas públicas, para a construção da infraestrutura e para o desenvolvimento do País (garantem o aumento da competitividade sistêmica e a melhoria da produtividade; em termos sociais, representam a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades, inclusive regionais, e a melhoria dos indicadores sociais; em termos tecnológicos, permitem a absorção e a incorporação de conhecimento e inovações para o desenvolvimento de projetos de longo prazo; e, quanto à imagem do País, beneficiam a atração de investimentos diretos, nacionais e estrangeiros).

Os Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos são os verdadeiros “agentes da infraestrutura e do desenvolvimento”. Há mais de 50 regras e quesitos na Constituição Federal que só

poderá ser cumpridos se contar com auxílio destes profissionais. Estados e Municípios tem outras mais de 50 atividades que exigem estes profissionais.

Para o Brasil crescer com inclusão social, obter um novo ciclo de desenvolvimento, impulsionar a agricultura, a indústria, os serviços, criar escolas e hospitais, fazer o saneamento básico e extrair o petróleo do pré-sal serão necessários à infraestrutura e à aplicação da ciência e das técnicas de Engenharia. E para crescer a 4% ao ano, atrair investimentos e elevar a produtividade serão também necessários à logística, à infraestrutura e também à aplicação da ciência e das técnicas de Engenharia.

Atualmente no Brasil, o desenvolvimento do país e a valorização profissional estão em jogo. Solicitamos reflexões por parte de Vossas Excelências e apoio pela organização das políticas públicas, pela infraestrutura e desenvolvimento do país e pela estruturação e profissionalização da Administração Pública. Valorização profissional, estrutura, quadros, organizações, integração, estudos e conhecimento das necessidades, realidades e possibilidades, planejamento, planos, integração regional, nacional e até interamericana... Em defesa de um país mais próspero, competitivo, justo e capaz de gerar oportunidades para todos os brasileiros. O caminho, portanto, está apontado para chegar mais perto do Brasil que todos queremos, necessário para que se desenvolva e alcance os níveis de renda dos países ricos.

A explicação para o avanço – e para o retardo – de cada nação não se restringe à economia. Abrange as condições que cada uma reúne em termos de capital humano e capital físico e o grau de maturidade de suas instituições. A urgência de mudanças que o Brasil necessita, portanto, vai muito além da discussão de qual linha será adotada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central de 2015 em diante. Para que o futuro da sociedade brasileira seja melhor do que o passado, precisamos de transformações profundas e de forma continuada.

**VENHO SOLICITAR A VOSSA EXCELÊNCIA VOTAR PELA APROVAÇÃO DO PLC Nº 13 DE 2013.**

**Do que trata o PLC nº 13 de 2013?**

O **PLC 13, de 2013**, trata de acrescentar parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, lei esta que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo. Este parágrafo único pretende estabelecer que “as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.” É apenas um “status” administrativo.

**Isto impedirá a Administração Pública em contratar com a Iniciativa Privada?**

**Não.** A atividade da administração pública é regida pelo interesse público e tem previsão na Constituição Federal. O PLC 13 de 2013 será **lei ordinária**, portanto, **inferior na hierarquia das leis do que as prerrogativas da Administração Pública (que estão previstas na Constituição Federal)**. Portanto, sempre que a administração pública precisar, por exemplo, de contratar execução de obra e consultorias especializadas, justificando adequadamente o **interesse público** poderá fazê-la com a iniciativa privada. Pode fazer uso também da “**reserva do possível**”. A palavra “exclusivas” (contida no texto do PLC 13/2013) deve ser interpretada de



forma **mitigada**, ou seja, com significado dentro do contexto da legislação da administração pública brasileira e não no sentido literal.

A eficácia organizacional deve ser focada no desenvolvimento de soluções que permitam alinhar estratégias, estruturas organizacionais e processos de trabalho.

**A profissionalização da Administração Pública é um desafio histórico, inescapável, permanente e contemporâneo.**

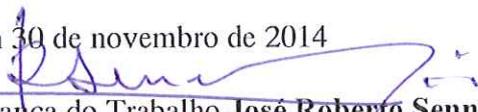
*"No melhor uso dos recursos humanos está à principal oportunidade para aumentar a produtividade... A administração de homens deve ser a primeira e principal preocupação de administração operante, em vez da administração de coisas e técnicas."* – Peter F. Ducker, The New Society.

*"Podemos escolher o que plantar, mas só colheremos aquilo que semearmos."* – ditado chinês.

**Recorremos a Vossas Excelências – Senadores da República – para que votem pela aprovação do PLC 13 de 2013.**

**Por um país melhor para todos!**

Brasília-DF em 30 de novembro de 2014

  
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho **José Roberto Senno**  
Presidente da ANSEAF - Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros,  
Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos do Poder Executivo Federal.

**PS.:**

É de se perguntar: “se desprezamos os profissionais da Engenharia, Arquitetura Urbanismo, Agronomia... por toda a estrutura do Estado brasileiro (“nos três níveis de Estado” – como observou o ex-ministro Bresser Pereira), como querem as autoridades públicas deste país resolver problemas de natureza cujas soluções são pela ciência e pela técnica da Engenharia, Geologia, Arquitetura Urbanismo...?!!!”

**ARGUMENTOS PELA APROVAÇÃO:**

*“Essa matéria já foi discutida aqui e vai ao encontro de uma vontade nacional, que é o fortalecimento das carreiras técnicas do serviço público: a carreira do engenheiro, do arquiteto, do engenheiro agrônomo. São extremamente importantes e relevantes, tanto que o Governo tem estimulado diversos programas no sentido de estimular as escolas de engenharia e o número de engenheiros a serem formados pela necessidade de construirmos, inclusive, a infraestrutura no Brasil. Essa matéria pretende fazer com que engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, quando realizarem, quando forem profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público estadual, federal ou municipal, sejam consideradas atividades essenciais, exclusivas de Estado, com o mesmo tipo de tratamento que tem os servidores da Receita Federal, os advogados da AGU, ou seja, é uma equiparação exatamente justa, no sentido de que profissionais extremamente relevantes para a construção tenham o mesmo tratamento já dado a*

*diversos setores dentro da Administração Pública.” - Senador Romero Jucá – em 5.11.2014 na CCJ – Senado Federal.*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco Apoio Governo/PRB - RJ) – *“Sr. Presidente, eu gostaria aqui de ressaltar um detalhe importante. O Supremo Tribunal Federal diz que o Estado deveria interferir em três profissões: uma que lida com a vida; outra que lida com a garantia da vida, que é a construção, a engenharia civil, a arquitetura, porque obras mal feitas causam desastres tremendos; e outra é a saúde.*

*Nós estamos fazendo aqui hoje uma espécie de ato político. Várias vezes nós aprovamos aqui projetos que sabemos que não vão prosperar na Câmara dos Deputados, porque são apenas indicativos; mas o fazemos, porque somos uma Casa política.*

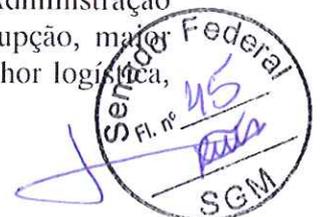
*Na questão da engenharia especificamente, para V. Ex<sup>a</sup> ter uma ideia, no meu Estado do Rio de Janeiro, hoje, uma empresa é contratada para fazer uma obra e outra empresa é contratada para fazer a medição da obra, porque não há engenheiros suficientes. Há trinta anos, eu era engenheiro do Estado do Rio de Janeiro. Nós éramos 1200 engenheiros; hoje são 400 apenas, a maioria se aposentando. Não há concurso público. E as medições feitas por uma outra empresa causam prejuízos ao Erário, porque há interesses, é claro, é óbvio. Não há um engenheiro de carreira, não há ali um servidor público. O Tribunal de Contas do Estado determinou que a assinatura das medições fosse por um engenheiro do Estado, mas as medições não podem ser feitas, porque as obras são muitas, no País inteiro – o Governador do Mato Grosso vai se deparar com isso –, e nós não temos uma carreira de Estado para incentivar esses profissionais. Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, no Estado do Rio de Janeiro, era para concluirmos a nossa Rodovia do Contorno em 2009, e só concluímos este ano, em 2014, atrasando cinco anos. Não foi por falta de recursos, não; é porque nós não tínhamos engenheiros públicos para assinar os processos de desapropriação. Esses precisam ter um agente público.*

*Essa desestruturação atrasa muito a nossa infraestrutura, prejudica o crescimento, causa corrupção enorme. Imagina V. Ex<sup>a</sup> um prédio, por exemplo, que está previsto ser pintado com tinta acrílica. Ora, dois profissionais que não têm compromisso com o Estado podem dizer o seguinte: vamos misturar na fachada desse prédio, que vai 5 mil galões, metade PVA e metade acrílica. Quem vai descobrir, Sr. Presidente? Sete anos depois, quando essa fachada, exposta ao sol e à chuva, estiver toda manchada. É um prejuízo enorme ao povo brasileiro e ao Erário.*

*De tal maneira que nós sabemos que há vícios, mas o assunto é tão relevante e importante, que eu vou votar favoravelmente, para que o Governo desperte que é necessário haver uma carreira. Obra pública precisa ter engenheiro público, com espírito público, com carreira de Estado, senão nós vamos terminar com prejuízos, eu diria, inestimáveis, Sr. Presidente. (Palmas.)”*

- Em 5.11.2014 na CCJ – Senado Federal

**Precisamos instituir o Círculo Virtuoso.** Melhor estrutura Administrativa da Engenharia e Arquitetura, com melhoria das condições de trabalho dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, com mais técnicos especializados Engenheiros e Arquitetos e com melhores salários na Administração Pública (em especial na FEDERAL) significam: mais políticas apropriadas às necessidades do país, mais projetos, menos erros, mais contratos com a iniciativa privada (executora de contrato da Administração Pública), mais empregos, mais eficiência, mais efetividade, menos corrupção, maior ganho para o país, menor custo Brasil, melhor infraestrutura do país, melhor logística,



maior competitividade dos produtos brasileiros no mundo, mais exportações (novamente mais emprego), melhor distribuição para a população do país da produção nacional, preços mais baratos, menor inflação, menor diferença regional, maior PIB, menores impostos, melhor distribuição de renda ao povo... E como está provado na China que com mais de 30 anos investindo em Engenharia e na infraestrutura veio por consequência outros fatores: melhor educação, mais alimentos, mais saúde, melhor distribuição de renda...

Precisamos acabar com o Círculo Vicioso: menos servidores públicos técnicos especializados Engenheiros e Arquitetos significam: menos e ruins políticas públicas e projetos, menos contratos, maiores erros, corrupção, mortes pelo descaso público, maior inflação, maior custo Brasil, desindustrialização, perdas agrícolas, prejuízo geral ao país e ao povo brasileiro...

## 34 RAZÕES PARA APROVAR O PLC Nº 13 DE 2013 – NAS OPINIÕES DE AUTORIDADES PÚBLICAS (OU EX-AUTORIDADES)...

O PLC 13 de 2013 estará em votação na CCJ.

*Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, (nº 7.607 de 2010, na origem), do Deputado José Chaves, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como “essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos, ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal”.*

Razões para aprovar o PLC nº 13 de 2013 – nas opiniões de autoridades públicas (ou ex-autoridades públicas) e representantes de entidades importantes:

### 1. Presidente Dilma Rouseff:

*“Agora, afirmou a presidente, é a hora de buscar a produtividade, uma pré-condição para nos tornarmos um país de média e alta renda. Somos um país que formava mais advogados que engenheiros. Advogado é custo, engenheiro é produtividade, disse a presidente...”*

(Fonte: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/nao-existe-risco-juridico-no-brasil-diz-dilma>)

### 2. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (à época), Aloízio Mercadante:

*“valorizar a área é estratégico para o país. A engenharia é o oxigênio da inovação, uma área vital para a construção de um país moderno, justo e sem pobreza, afirma o ministro.*

(Fonte: <http://www.aesbe.org.br/conteudo/4806>)

### 3. Ministro da Educação (à época), Aloizio Mercadante:

*“Para crescer, o Brasil precisa de mais engenheiros, não advogados”. “Nós temos um excesso de advogados. Quando um país começa a crescer, precisa de engenheiros”.*

Fonte: Revista Consultor Jurídico, 9 de abril de 2013.

### 4. Deputado Federal Henrique Alves (Presidente da Câmara dos Deputados):



*“Hoje é consenso entre as autoridades, não se pode prescindir dos engenheiros para promover o crescimento. Muitos países já se deram conta disso, Japão e Estados Unidos registram 17 engenheiros por mil habitantes, enquanto no Brasil esse índice é de 1,47 engenheiros”.*

*“O presidente da Câmara garantiu que dará prioridade aos PLs de interesse da área tecnológica, sobretudo o que torna a engenharia carreira de Estado”.* (Fonte: Audiência Pública na Câmara dos Deputados em 11/dez/2013)

##### **5. Ministro da Previdência Social Garibaldi Alves Filho:**

*“Estou aqui para dizer do meu apreço pela classe. Tive oportunidade de contar com os engenheiros quando prefeito de Natal e governador do Rio Grande do Norte na construção obras que não teriam sido construídas se não fosse o empenho deles”. Para o ministro, “é uma injustiça o engenheiro prestar tanto serviço e ainda não ser carreira de Estado”.*

*“A tipificação dessas profissões em carreiras de Estado está para acontecer. O PL já tem relatoria favorável de Romero Jucá (PMDB-RR). Vai se fazer justiça aos engenheiros do Brasil”. E finalizou pedindo: “deixe aos engenheiros o que é dos engenheiros”, e foi aplaudido de pé por alguns minutos.* (Fonte: Audiência Pública na Câmara dos Deputados em 11/dez/2013)

##### ***Garibaldi defende carreira de Estado para engenheiro***

*“O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, defendeu a necessidade de as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo, ocupantes de cargo no serviço público federal, estadual e municipal, serem caracterizadas como essenciais e exclusivas de Estado. Ele expôs sua opinião durante sessão solene promovida pela Câmara dos Deputados...”*

*Garibaldi Alves Filho destacou que ao exercer os cargos de prefeito de Natal e governador do Rio Grande do Norte contou com a colaboração dos engenheiros para concluir, com êxito, várias obras em benefício da população.*

*“Esse é um dos motivos para eu achar uma injustiça o engenheiro ter prestado tantos serviços e ainda não ser uma carreira de estado. Mas eu recebi uma boa notícia do presidente Henrique Eduardo Alves: o projeto que está tramitando no Congresso já chegou no Senado e tem como relator o senador Romero Jucá. Então, vai se fazer justiça aos engenheiros do Brasil”, declarou o ministro da Previdência.”*

(Fonte: **Tribuna do Norte**, 12 de dezembro de 2013)

6. Deputado Federal José Chaves (PTB-PE) - autor do PL 7607/2010 (origem do PLC 13 de 2013):

**“JUSTIFICAÇÃO**

*As mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, conhecida como a Emenda da Reforma Administrativa, produziram significativas conseqüências na administração pública brasileira.*

*Foi essa Emenda que trouxe o conceito de “atividade exclusiva de Estado”, ou ainda “carreira típica de Estado” que, devido à relevância a ela atribuída, mereceria tratamento constitucional específico.*

*A presente proposição visa garantir aos profissionais da Engenharia e da Arquitetura nacional a condição de carreira típica de Estado, por ser medida justa e merecida. Em todas as atividades da economia nacional, é insubstituível a presença desses profissionais. A participação deles tem mudado a feição do País, ao planejar e executar as mais importantes obras de transformação das cidades, no campo da hidroeletricidade e na própria interiorização do progresso. As repercussões dessa presença e atuação mudaram o Brasil, dando-nos condições de perseguir uma nação mais justa, com um Estado forte e hegemônico. Engenheiros e arquitetos formam, afinal, as bases sólidas onde se apoiam os estados e sobretudo a União Federal.” (fonte apresentação do PL 7607/2010)*

7. Deputado Federal Augusto Coutinho (Solidariedade - PE) – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia, Agronomia e Arquitetura:

*“Não há como negar a importância dos profissionais de que trata o projeto para o desenvolvimento nacional e, em especial, para a realização das grandes obras de infraestrutura que viabilizam o crescimento econômico. Considero ser de integral justiça, portanto, reconhecer como exclusivas de Estado as atividades levadas a cabo por engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, no âmbito do Poder Executivo federal, estadual e municipal...” (Fonte Parecer na CTASP/Câmara dos Deputados)*

8. Deputado Federal Edson Silva (PSB-CE):

*“...voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 7.607, de 2010, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público”. (Fonte Parecer na CCJC/Câmara dos Deputados)*

9. Deputada Federal Gorete Pereira (PR-CE):



*"Não há dúvida de que se cuida de iniciativa de extrema relevância. Quanto aos pré-requisitos indispensáveis ao trâmite regular das proposições nesta Casa, merece registro que as acima discriminadas e ora em análise por este Órgão Colegiado observam as exigências para o seu regular processamento.*

*Com efeito, a par de competir a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional a iniciativa legislativa sobre a matéria objeto das proposições (ex vi art. 61, caput, da C.F.), essa não conflita com quaisquer princípios ou regras da Constituição da República, estando, ainda, em perfeita adequação com o ordenamento infraconstitucional vigente.*

*Lado outro, o Substitutivo da CTASP, ao delimitar quando as atividades dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos serão consideradas essenciais e exclusivas do Estado, é quem melhor observa o prescrito pela Lei Complementar n.º 95/98, alterada pela Lei Complementar n.º 107/01... voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 7.607, de 2010, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público." (Fonte Parecer na CCJC/Câmara dos Deputados)*

10. Senadora Ana Amélia (PP-RS):

*"Compete a esta Comissão analisar o mérito da iniciativa, sem dúvida digna de elogios por seu intento de valorizar profissionais da maior importância para o progresso de um país. Sem o trabalho valoroso dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, o desenvolvimento econômico seria impensável, e as políticas públicas, todas voltadas em última instância para o bem-estar social, não poderiam ser levadas a efeito.*

*Se voltarmos o pensamento para a construção de um futuro mais próspero, precisamos cada vez mais contar com esses profissionais, responsáveis pela edificação de uma infraestrutura que permite o desenvolvimento em todos os sentidos, incluída a sustentabilidade e todas as políticas com vistas a levar o Brasil a se tornar um país de primeiro mundo.*

*Tendo em vista a grandeza do trabalho desses especialistas, torna-se de inteira justiça enquadrar a atividade desses profissionais como carreiras típicas de Estado. Com essa caracterização, poderão eles contar com proteções especiais a serem garantidas em lei, resultando em mais segurança e tranquilidade no exercício de suas tarefas, sem dúvida, altamente relevantes para o desenvolvimento do País.*

*Sem o trabalho preeminente dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza e o estabelecimento de políticas*

*públicas promotoras do bem comum seriam impossíveis. No âmbito desta Comissão, portanto, o projeto merece acolhida.” (Parecer da Relatora na CAS/Senado)*

**11. Senador Romero Jucá (PMDB-RR):**

*“O Projeto de Lei sob exame, de autoria do Deputado José Chaves, tem por objetivo acrescentar parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194 de 1966, para determinar que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.*

*A citada Lei regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, e seu art. 1º define suas características.*

*A justificação da proposta menciona a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que trouxe o conceito de “atividade exclusiva de Estado” para caracterizar algumas carreiras especiais, que não encontram similar em outros setores, para as quais devem ser encerradas algumas garantias distintas dos demais servidores. Na visão do autor do projeto, as carreiras de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo devem ser assim consideradas, pois sua presença é insubstituível em todas as atividades da economia nacional.*

*O Projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, e teve como Relatora a Senadora Ana Amélia, que defendeu a medida pelo seu intento de valorizar profissionais da maior importância para o progresso do país.*

**II – ANÁLISE**

*O projeto merece acolhida no âmbito desta Comissão, por se mostrar compatível com os dispositivos constitucionais relativos aos servidores públicos, e em especial com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que reconheceu a necessidade de proteger de maneira singular os agentes que exercem funções insubstituíveis na administração do Estado.*

*Não cremos que seus termos ferem a questão da iniciativa reservada ao Chefe da Nação, pois o que se pretende é tão somente enquadrar os referidos servidores entre aqueles que desenvolvem serviços típicos de Estado. Com essa medida, o projeto valoriza profissionais cujo trabalho é imprescindível para o desenvolvimento econômico e para o bem estar da sociedade. Nesse sentido, consideramos a proposição afinada com os postulados magnos que buscam aprimorar a administração pública, cuja eficiência é um dos princípios que devem ser alcançados pelos Poderes de todos os entes federativos, de acordo com o art. 37 da Lei Maior.*



*Como bem ressalta o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, o projeto é altamente meritório, pois é o trabalho dos citados profissionais aquele que mais possibilita a edificação de estruturas condutoras do desenvolvimento nacional, entre as quais se destaca a sustentabilidade e as políticas públicas tendentes a levar o Brasil a figurar como país de primeiro mundo.*

*Pensamos, ainda, que o projeto não apresenta incongruência com nenhuma norma infraconstitucional vigente, e mostra-se redigido em boa técnica legislativa. Portanto, nada há que desaconselhe sua aprovação.*

*III – VOTO*

*Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013.”*

*(Fonte: Parecer na CCJ/Senado - SF/13831.38625-47)*

12. Ex-Ministro Bresser Pereira:

*“Em recente artigo publicado no Jornal Folha de S. Paulo (em 27/08/2012), sob o título “Onde estão nossos engenheiros?”, o ex-ministro e professor Dr. Bresser-Pereira (1) expôs a importância para o país dos Engenheiros.*

*“Onde estão nossos engenheiros?*

*Dada a necessidade premente de investimentos na infraestrutura, o governo Dilma decidiu conceder à iniciativa privada os principais aeroportos brasileiros, e, em seguida, estradas de rodagem e ferrovias.*

*Não há garantia de que os serviços passem agora a ser realizados com mais eficiência. O mais provável é que custarão mais caro, porque as empresas terão condições de transferir para os usuários suas ineficiências e garantir seus lucros.*

*Por que, então, a presidente Dilma Rousseff tomou essa decisão? Não foi porque faltem recursos financeiros ao Estado, já que caberá ao BNDES financiar grande parte dos investimentos. Nem porque acredite na “verdade” de que a iniciativa privada é sempre mais eficiente.*

*Não obstante, foi uma decisão correta, porque falta capacidade de formulação e de gestão de projetos ao governo federal. Ou, em outras palavras, porque faltam engenheiros no Estado brasileiro.*

*Há advogados e economistas de sobra, mas faltam dramaticamente engenheiros. Enquanto mais de 80% da alta burocracia chinesa é formada por engenheiros, no Brasil não devem somar nem mesmo 10%.*

13. Autoridades representantes do Sistema CONFEA-CREAS-MUTUA; representantes do sistema sindical FNE-FISENGE-SENGES e representantes das Entidades Associativas de Servidores Públicos de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos.

Todas são unânimes no apoio ao PLC 13/2013, pois dizem que é preciso o Brasil reconhecer a importância destes profissionais para a construção da infraestrutura, da logística, de novas tecnologias e inovações, de melhorar a produtividade do trabalhador, de resolver os problemas das cidades e da sustentabilidade ambiental, entre muitos outros...

14. **A ministra do Planejamento, Miriam Belchior**, no seminário Investimento Público: Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Sustentável, afirmou: *“A universalização do acesso aos serviços básicos como água, energia, saneamento e meios de comunicação é o objetivo dos investimentos em infraestrutura como parte de uma estratégia de inclusão social e econômica da população”*.

Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=8565&cat=528&sec=64>

15. Senador Fernando Collor (PTB-AL) – Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em discurso de 31/março/2014 – no Plenário do Senado.

*“A demanda por serviços no Brasil vem aumentando. Assim, rodovias, portos, mobilidade urbana, saneamento básico e matriz energética são setores que precisam de investimentos urgentes. Sem transporte, a economia não anda. Sem energia e combustível, ela se apaga e para. Da mesma forma que sem telecomunicações, ela se cala. E sem saneamento, ela adocece.”*

16. **PRESIDENTE DO TCU VÊ PROBLEMA DE GESTÃO E CRITICA ATRASOS NAS OBRAS. Augusto Nardes fala sobre falhas identificadas pelo Tribunal na execução das obras da Copa: “O evento será realizado em meio a obras de infraestrutura inacabadas.”**

**Por Fabrício Marques e Vicente Seda - Brasília e Rio de Janeiro - 02/06/2014 11h41 - Atualizado em 02/06/2014 11h41 – G1**

Mudanças nos projetos, atrasos, aumento nos custos. Boa parte das obras públicas para a Copa do Mundo foi marcada por problemas de execução. Dificuldades que, para o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, não são exclusividade dos preparativos para o Mundial. Segundo o ministro, trata-se de um problema de gestão que afeta todos os níveis de governança do país: União, estados e municípios. Ele detalhou ainda os

Observação nossa: em verdade são menos de 1% em atividade, e se observados os aposentados e os pensionistas são menos de 2% - vide números do Ministério do Planejamento e do site Transparência Brasil.

Ora, se há uma profissão que é fundamental para o desenvolvimento, tanto no setor privado quanto no governo, é a engenharia. Nos setores que o mercado não tem capacidade de coordenar são necessários planos de investimento, e, em seguida, engenheiros que formulem os projetos de investimento e depois se encarreguem da gestão da execução.

Mas isto foi esquecido no Brasil...

A crise da engenharia brasileira começou na grande crise financeira da dívida externa dos anos 1980. No início dos anos 1990, no governo Collor, o desmonte do setor de engenharia do Estado acelerou-se. Dizia-se então que estava havendo o desmonte de todo o governo federal, mas não foi bem assim.

Há quatro setores no governo: jurídico, econômico, social e de engenharia. Ninguém tem força para desmontar os dois primeiros; seria possível desmontar o setor social, mas, com a transição democrática e a Constituição de 1988, ele passara a ser prioritário. Restava o setor de engenharia --foi esse o setor que se desmontou enquanto se privatizavam as empresas.

Quando fui ministro da Administração Federal (1995-98) isso não estava claro para mim como está hoje. Eu tinha uma intuição do problema e, por isso, planejei realizar concursos parciais para a carreira de gestores públicos que seriam destinados a engenheiros na medida em que as questões seriam de engenharia, mas acabei não levando a cabo o projeto.

Quando o governo Lula formulou o PAC, reconheceu que os setores monopolistas necessitavam de planejamento, mas não tratou de equipar o Estado para que os projetos fossem realizados. Agora o problema está claro. **Fortalecer a engenharia brasileira nos três níveis do Estado é prioridade.**

**O Brasil e seu Estado precisam de engenheiros. De muitos. Vamos tratar de formá-los e prestigiá-los.**

Nota: Destacamos sublinhando (e na última frase: utilizamos negrito).

(1) Luiz Carlos Bresser-Pereira foi ministro da Fazenda, ministro da Administração, ministro Administração e Reforma do Estado e ministro da Ciência e Tecnologia; é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, onde ensina economia, teoria política e teoria social. É presidente do Centro de Economia Política e editor da "Revista de Economia Política" desde 2001.



problemas de sobrepreço encontrados pelo órgão fiscalizador e apontou as falhas de planejamento como uma das principais causas para o atraso de obras e aumento de custos.

17. A causa que antecede "falhas de planejamento" é a precariedade da engenharia pública. Nada vai fazer melhorar de forma satisfatória a gestão e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia sem que haja estruturação, profissionalização e valorização da engenharia pública. Eng Mauro Henrique Sá de Carvalho – Vice-Presidente da ANSEAF.

18. Fazendo referência à recente Lei Anticorrupção, o presidente do Sinaenco finalizou sua apresentação lembrando que o projeto completo de engenharia serve como uma verdadeira vacina anticorrupção, pois é o instrumento que define o prazo e o custo da obra. “Com o projeto na mão, quem contrata sabe o que está contratando e quem é contratado sabe o que entregar. Além de uma vacina anticorrupção, funciona como uma apólice de seguro para quem entra na licitação, pois ele permite o total controle sobre o que está sendo construído”, destacou Bernasconi. Audiência Pública no Senado sobre legado da Copa.

19. Do “Atalho para malfeitos” - artigo de Sérgio Magalhães publicado na Folha de S.Paulo de 26/04/14 – destacamos:

...

*Nas décadas de inflação era difícil superar a lógica da premência: qualquer coisa agora é melhor do que nada amanhã. Os incipientes sistemas públicos de planejamento e de gerenciamento de obras foram esvaziados.*

*Com a estabilidade e o crescimento econômico afloraram as demandas reprimidas e outras tantas se apresentaram. Mas, o serviço público vê-se às voltas com a falta de quadros técnicos de planejamento e de gerenciamento de projetos e obras; e com a abundância de quadros político-partidários, em geral despreparados para as funções.*

...

*O interesse público está na adequação da obra às necessidades da coletividade, na boa qualidade dos serviços e no seu preço justo. Isto exige um trabalho continuado que começa em definir o que se quer (o “Programa de Necessidades”), passa pela elaboração de projetos completos, seus licenciamentos, orçamentos confiáveis e transparentes, por uma licitação de obra que permita a concorrência, o gerenciamento dos projetos e o acompanhamento gerencial da obra.*



*Se os governos querem pressa precisam melhorar seus processos de decisão, o que se faz com órgãos técnicos de planejamento estruturados como função de Estado. É o que o mundo desenvolvido aprendeu.*

20. Notícia de 2 de junho de 2014: Presidente do TCU vê problema de gestão e critica atrasos nas obras.

**Presidente do TCU vê problema de gestão e critica atrasos nas obras**

**Augusto Nardes** fala sobre falhas identificadas pelo Tribunal na execução das obras da Copa: **"O evento será realizado em meio a obras de infraestrutura inacabadas"**

Por **Fabício Marques e Vicente Seda** - Brasília e Rio de Janeiro - 02/06/2014 11h41 - Atualizado em 02/06/2014 11h41

Mudanças nos projetos, atrasos, aumento nos custos. Boa parte das obras públicas para a Copa do Mundo foi marcada por problemas de execução. Dificuldades que, para o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, não são exclusividade dos preparativos para o Mundial. Segundo o ministro, trata-se de um problema de gestão que afeta todos os níveis de governança do país: União, estados e municípios. Ele detalhou ainda os problemas de sobrepreço encontrados pelo órgão fiscalizador e apontou as falhas de planejamento como uma das principais causas para o atraso de obras e aumento de custos.

Fonte: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/06/presidente-do-tcu-ve-problema-de-gestao-e-critica-atrasos-nas-obras.html>

### **EM NOV/2014:**

**Pacto pela Governança do TCU – apresentado agora em novembro de 2014:  
Infraestrutura**

- Planejamento deficiente e baixa qualidade dos projetos de infraestrutura
- Deficiência na governança das agências reguladoras
- Inadequação da infraestrutura de escoamento da safra agrícola brasileira
- Atrasos e descompassos na implantação dos empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica

### **Planejamento deficiente e baixa qualidade dos projetos de infraestrutura**

Um problema recorrente nas obras fiscalizadas pelo TCU no âmbito do Fiscobras Refere - se aos projetos básicos ou executivos deficientes, que são os geradores de outras irregularidades comuns como o superfaturamento decorrente de jogo de planilha devido a aditivos de serviços não previstos, a realização de aditivos com percentual acima do permitido no art. 65, §1º da Lei 8.666/1993 devido ao mal dimensionamento de projeto, dentre outros.

A grande incidência de achados que demonstram irregularidades em projeto reflete a falta de planejamento da Administração Pública no que se refere a obras de infraestrutura.

**21. Audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal no final de maio/2014 indicou um grave problema:**

**Falta de engenheiros gera obra ruim, dizem debatedores**

**22/05/2014 - Infraestrutura**

Em audiência pública, especialistas citam a má remuneração da categoria como um dos motivos para os resultados de baixa qualidade no Brasil. Em concurso com 117 mil candidatos, só 800 foram aprovados

Wilder Morais preside debate sobre falhas na execução de obras de engenharia Foto: José Cruz

A pouca disponibilidade de engenheiros, a complexidade das licitações e a ausência de planejamento estratégico estão entre os principais motivos da deficiência de projetos e obras no país, segundo participantes de audiência pública feita ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, mostrou um projeto de obra de engenharia com 64 volumes e 6,5 mil páginas. O projeto é para restauração da Ponte Internacional Barão de Mauá, que liga o Brasil ao Uruguai.

— As pessoas reclamam que o Dnit demora com o projeto. Projeto de engenharia rodoviária é diferente do projeto de uma casa. Isso é para demonstrar o nível de complexidade.

Para o diretor-executivo do Dnit, Tarcísio Gomes de Freitas, existe uma razão histórica para a falta de engenheiros: pouco investimento em infraestrutura a partir da década de 1980, com a crise do petróleo e a fuga de capital estrangeiro.

Freitas citou cinco causas para a baixa qualidade dos projetos e das obras: a administração não sabe estabelecer metas e não cobra prazos das empresas; as equipes de licitação são despreparadas; a contratação de consultoria por licitação resulta em consultorias de baixo nível; as consultorias são mal remuneradas; e as ferramentas de tecnologia de informação sofisticadas não são utilizadas...

Wilder Morais (DEM-GO), que presidiu a reunião, disse que o RDC pode funcionar para o Dnit, mas não para tudo.



— Em outros órgãos, isso é temerário. Um exemplo é a Copa do Mundo: não temos nenhuma arena com preço igual ao da outra — afirmou.

### **Desvalorização**

Questionado se há engenheiros suficientes no Dnit, Fraxe respondeu que são muito capacitados, mas poucos, e que o salário é insuficiente.

— Eu fui autorizado a fazer um concurso público e briguei por 1,2 mil vagas. Dos 117 mil candidatos, só 800 foram aprovados: menos de 1%.

Fraxe explicou que o Dnit terceiriza a elaboração dos projetos por licitação e, por isso, a qualidade depende do mercado. Empresas que não cumprem cronograma ou erram estão sendo punidas.

— Cada projeto, quando é recepcionado pelos analistas do Dnit, tem, em média, 200 inconformidades — lamentou.

Para o **ex-presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) Wilson Lang**, é preciso mudar a eficiência da gestão pública.

— Não existe, na história da humanidade, país que se desenvolveu sem engenharia e sem infraestrutura — disse.

Para o representante da Federação Nacional dos Engenheiros, Florentino de Souza Filho, faltam engenheiros porque não há valorização.

— É inadmissível que o poder público pague R\$ 20 mil ao advogado e, com R\$ 2 mil, o engenheiro — criticou

Jornal do Senado (Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/05/22/falta-de-engenheiros-gera-obra-ruim-dizem-debatedores>

22. Em entrevista na revista *Época* de 25.8.2014, o **vice-presidente mundial da Google, Mario Queiroz**, afirmou que:

*"As autoridades nos EUA são paranoicas em relação a formação de engenheiros. Vivem fazendo comparações com a China e outros países. Não vejo isso no Brasil."*

Mario Queiroz (que é brasileiro) foi apontado como o quarto profissional mais criativo do mundo, segundo a lista publicada em maio pela revista americana "Fast Company".

23. Outra vez a **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** – em pronunciamento de 28/10/2014.

### **MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, POR OCASIÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO**

Brasília, 28 outubro de 2014

É sempre com muito orgulho que eu me dirijo a vocês, servidoras e servidores públicos, no dia 28 de outubro. Um dia para saudar a dedicação de cada um dos milhares de trabalhadores que cumprem cotidianamente uma das tarefas mais dignas que existem: servir a milhões de cidadãos brasileiros.

Uma tarefa imprescindível para a garantia dos direitos de todos e para o desenvolvimento social e econômico do nosso país.

Se hoje temos um Brasil mais justo e mais forte, que pode celebrar conquistas como a superação da extrema pobreza, a redução das desigualdades e o maior acesso à educação e à saúde, é porque contamos com a atuação competente e o compromisso verdadeiro de cada servidor público deste país.

O esforço diário de vocês torna as políticas públicas realidade. O trabalho de vocês transforma diretrizes em ações práticas e gera os resultados que beneficiam toda a população brasileira.

Por isso, uma gestão pública eficiente requer a devida valorização do servidor público. Um Estado cada vez mais democrático deve garantir remuneração justa, carreiras consolidadas e condições de trabalho dignas a todos vocês, mulheres e homens atuantes no serviço público do nosso país. Continuaremos trabalhando guiados por essas convicções e objetivos.

Parabéns a todas as servidoras e servidores públicos brasileiros pelo dia de hoje, e o meu sincero agradecimento pelo empenho e dedicação ao longo de mais este ano de trabalho.

DILMA ROUSSEFF - Presidenta da República Federativa do Brasil

24. Benjamin Franklin — *'If you fail to plan, you are planning to fail!'* = Se você falha em planejar, está planejando falhar.

25. *Os cientistas descobrem o mundo que existe; os engenheiros criam o mundo que nunca existiu.* – Físico e cientista aeroespacial Theodore Von Kármán - muitas vezes cognominado como 'pai da era supersônica'.

26. Para que o Brasil atinja o ponto ideal de infraestrutura para se desenvolver, serão necessários nada mais que **5 trilhões de reais em 20 anos**. A estimativa é de Vicente Assis, presidente da consultoria McKinsey. Assis falou a uma plateia de empresários no 4º Exame Fórum Infraestrutura. FONTE: 4º EXAME Fórum Infraestrutura. 22 de outubro de 2013 no Rio de Janeiro.



27. **O principal problema da economia brasileira atualmente é a falta de investimento**, avaliou nesta segunda-feira, 27 de outubro, o professor emérito da Universidade Columbia, em Nova York, Alberto Fishlow, durante teleconferência para analisar o cenário pós-eleições no País. De acordo com ele, a taxa de investimento não vai aumentar enquanto a economia não voltar a crescer.

28. Para atender à crescente demanda da população por serviços públicos cada vez mais complexos e para estabelecer estudos, planejamento e políticas públicas para o desenvolvimento do país é preciso que o governo federal adote uma política de gestão da força de trabalho que busca aliar a quantidade adequada de servidores à sua devida qualificação. Essa política deve considerar a carência atual de Brasil e promover o uso da ciência e técnicas de Engenharia, Arquitetura Urbanismo, Agronomia... – Eng José Roberto Senno.

29. GOVERNO ATRASA 9 DE 11 OBRAS PRIORITÁRIAS DO PAC.

ANDRÉ BORGES - O ESTADO DE S.PAULO - 20 Outubro 2014 | 02h 03

**Além do estouro dos cronogramas, custos subiram 46% desde 2011, quando foram prometidas para o final de 2014 por Dilma**

BRASÍLIA - Os compromissos do governo para este último trimestre de mandato deveriam incluir a inauguração de 11 obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa foi a meta estabelecida pela presidente Dilma Rousseff no início de 2011, quando assumiu o governo e apresentou seu primeiro balanço do PAC. Quase quatro anos depois, apenas dois empreendimentos previstos para ser concluídos entre outubro e dezembro de 2014 terão, de fato, obras entregues dentro do prazo: as hidrelétricas Santo Antônio do Jari e Ferreira Gomes, ambas construídas no Amapá. A primeira iniciou suas operações neste mês e a segunda deve ligar suas turbinas até dezembro. Entre as nove obras que tiveram suas conclusões adiadas estão alguns dos mais caros e emblemáticos projetos do governo, como a transposição do rio São Francisco e a refinaria Abreu e Lima, da Petrobrás, em construção em Pernambuco. Esses empreendimentos já sofriam, na realidade, com frustrações de prazos acumuladas durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

30. **PAÍS PRECISA INVESTIR R\$ 760 BILHÕES PARA SUPERAR DÉFICIT DA HABITAÇÃO, DIZ FGV.**

Circe Bonatelli - O Estado de S. Paulo - 13 Outubro 2014 | 11h 42

**Levantamento considera que até 2024 o País terá 16,8 milhões de novas famílias, sendo 10 milhões com renda familiar de até três salários mínimos.** A equalização do déficit habitacional no País demandará investimentos de R\$ 760 bilhões ao longo de dez anos, de acordo com estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em seminário sobre o Minha Casa, Minha Vida, realizado pelo Sinduscon-SP.

31. **PAÍS DEVERÁ CHEGAR A 226 MILHÕES DE HABITANTES EM 2050, SENDO QUE 90% DESTES TOTAL VIVERÁ EM CENTROS URBANOS.**

- por Portal Brasil publicado: 05/12/2014 15h45 última modificação: 05/12/2014 16h42

**Infraestrutura**

## **Documento projeta exigências energéticas do Brasil em 2050**

### **PREVISÕES**

O Brasil deverá chegar a 226 milhões de habitantes em 2050. Desse total, quase 90% viverão em centros urbanos, em **mais de 39 milhões** de novos domicílios. A economia e a frota de veículos leves no País deverão triplicar: o PIB per capita atingirá o patamar atual da França (entre US\$ 36 mil e US\$ 42 mil) e o número de carros pelas ruas brasileiras alcançará patamar da Alemanha (130 milhões). Essas estimativas, que constam do documento Cenário Sócio-econômico e Demanda de Energia, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estão subsidiando a elaboração do Plano Nacional de Energia (PNE) 2050 do Ministério de Minas e Energia, que define as políticas energéticas do país e, conseqüentemente, os planos de investimentos futuros.

**O Planejamento e desenvolvimento energético do Brasil é política de Estado. E é estratégico ao País.**

### **32. CRISE HIDRÍCA (OU CRISE DE ÁGUA)**

#### **Em julho/2002**

**Auditoria do TCU constata que 19 regiões metropolitanas podem entrar em colapso e que a economia brasileira já está sendo afetada.**

Apesar do Brasil possuir 8% de toda a água doce existente no planeta, **a crise de abastecimento de água já é uma realidade brasileira e os seus efeitos já podem ser observados em diversas localidades.** Estas são algumas das conclusões da auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de analisar a questão. O estudo foi feito junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Águas e Ministério do Meio Ambiente para avaliar a atuação do Governo Federal na gestão dos recursos hídricos, as perspectivas para o futuro próximo e as medidas preventivas que estejam sendo adotadas para evitar a escassez.

Dentre as informações apuradas, os técnicos do TCU observaram que a crise de água não é conseqüência apenas de fatores climáticos e geográficos, mas principalmente do uso irracional dos recursos hídricos. No relatório desta auditoria, o TCU aponta que entre as causas deste problema estão: o fato de que a água não é tratada como um bem estratégico no país, a falta de integração entre a política nacional de recursos hídricos e as demais políticas públicas, os graves problemas na área de saneamento básico e a forma como a água doce é compreendida, visto que muitos a julgam como um recurso infinito.

#### **SEGUNDO SEMESTRE DE 2014:**

#### **Crise hídrica, uma crise política**

Em meio ao alastramento da crise hídrica no estado de São Paulo—cujos impactos vão sendo sentidos cada vez mais em nossa cidade e anunciam uma calamidade pública—cabe analisar suas razões e combater o entendimento, aparentemente



dominante, de que a falta d'água na casa das pessoas tem origem natural. A crise hídrica é uma questão política, e não climática.

Há tempos, a organização do espaço em que vivemos não é mais "refém" das dinâmicas da natureza. Nosso território é organizado e usado pela sociedade, segundo suas intenções e seus projetos, superando percalços e dificuldades colocadas pela base natural originária. A vida de dezenas de milhões de pessoas na macrometrópole paulista (da qual fazem parte as regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo) somente é possível graças aos grandes sistemas técnicos e obras de engenharia, que, por sua vez, exigem manutenção constante para que não entrem em colapso. Como já dizia o geógrafo francês Hilderbert Isnard, na década de 1970, ***não há mais espaços naturais—todo o espaço terrestre é organizado pelo homem.*** Em grande medida, **as pessoas moram, trabalham, alimentam-se e possuem (ou não) água devido ao planejamento e à política que certos grupos e agentes aplicam e impõem.**

No caso da atual crise hídrica, esse entendimento é essencial: o que está em crise é o abastecimento de água "planejado" (de forma desastrosa) pelos governantes dos estados. A crise hídrica se deve às falhas na organização desse sistema de abastecimento, que sabíamos—nós e os governantes—estar em colapso há mais de dez anos. Culpar a falta de chuvas é uma fuga típica (já utilizada em 2001 para justificar o racionamento de energia elétrica)

A inação política agravou o cenário de estiagem.

**Água é política de Estado. E ao Estado cabe o planejamento nacional, estadual e municipal integrado.**

**33. Em pronunciamento, o senador Paulo Paim (PT-RS)** destacou dados de vários estudos recentes que mostram, segundo ele, o estado caótico da segurança do trânsito no Brasil. Ele revelou que, entre 1980 e 2011, ocorreram cerca de 980 mil mortes em acidentes de trânsito no país.

— São números que nos chocam porque não são apenas estatísticas frias e imparciais, se referem a vidas humanas. São lares e sonhos destruídos para sempre — lamentou o senador. Paim ressaltou que, no ano de 2011, o Brasil ocupou a quarta posição entre os países com mais mortes no trânsito, tendo mais de **43 mil vítimas — uma média de 118,5 falecimentos por dia.** O senador chamou esse cenário de "uma guerra sem generais", e observou que o problema vai além da perda de vidas.

— Além do custo humano, esses números representam também um elevado custo social e econômico — comentou.

Paim mencionou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que apontam um custo anual de **R\$ 22 bilhões** devido a acidentes nas rodovias, e do Ministério da Saúde, que indica o trânsito como sexta maior causa de mortalidade do Brasil.

**34. O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco Apoio Governo/PRB - RJ) – "Sr. Presidente, eu gostaria aqui de ressaltar um detalhe importante. O Supremo Tribunal Federal diz que o Estado deveria interferir em três profissões: uma que lida com a vida; outra que lida com a garantia da vida, que é a construção, a engenharia civil, a arquitetura, porque obras mal feitas causam desastres tremendos; e outra é a saúde.

*Nós estamos fazendo aqui hoje uma espécie de ato político. Várias vezes nós aprovamos aqui projetos que sabemos que não vão prosperar na Câmara dos Deputados, porque são apenas indicativos; mas o fazemos, porque somos uma Casa política.*

*Na questão da engenharia especificamente, para V. Ex<sup>a</sup> ter uma ideia, no meu Estado do Rio de Janeiro, hoje, uma empresa é contratada para fazer uma obra e outra empresa é contratada para fazer a medição da obra, porque não há engenheiros suficientes. Há trinta anos, eu era engenheiro do Estado do Rio de Janeiro. Nós éramos 1200 engenheiros; hoje são 400 apenas, a maioria se aposentando. Não há concurso público. E as medições feitas por uma outra empresa causam prejuízos ao Erário, porque há interesses, é claro, é óbvio. Não há um engenheiro de carreira, não há ali um servidor público. O Tribunal de Contas do Estado determinou que a assinatura das medições fosse por um engenheiro do Estado, mas as medições não podem ser feitas, porque as obras são muitas, no País inteiro – o Governador do Mato Grosso vai se deparar com isso –, e nós não temos uma carreira de Estado para incentivar esses profissionais. Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, no Estado do Rio de Janeiro, era para concluirmos a nossa Rodovia do Contorno em 2009, e só concluímos este ano, em 2014, atrasando cinco anos. Não foi por falta de recursos, não; é porque nós não tínhamos engenheiros públicos para assinar os processos de desapropriação. Esses precisam ter um agente público.*

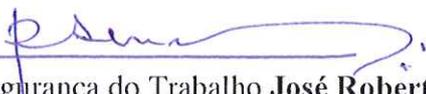
*Essa desestruturação atrasa muito a nossa infraestrutura, prejudica o crescimento, causa corrupção enorme. Imagina V. Ex<sup>a</sup> um prédio, por exemplo, que está previsto ser pintado com tinta acrílica. Ora, dois profissionais que não têm compromisso com o Estado podem dizer o seguinte: vamos misturar na fachada desse prédio, que vai 5 mil galões, metade PVA e metade acrílica. Quem vai descobrir, Sr. Presidente? Sete anos depois, quando essa fachada, exposta ao sol e à chuva, estiver toda manchada. É um prejuízo enorme ao povo brasileiro e ao Erário.*

*De tal maneira que nós sabemos que há vícios, mas o assunto é tão relevante e importante, que eu vou votar favoravelmente, para que o Governo desperte que é necessário haver uma carreira. Obra pública precisa ter engenheiro público, com espírito público, com carreira de Estado, senão nós vamos terminar com prejuízos, eu diria, inestimáveis, Sr. Presidente. (Palmas.)”*

**- Em 5.11.2014 na CCJ – Senado Federal**

## **É preciso abrir uma nova etapa de esperança.**

Brasília, 17 de dezembro de 2014

  
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho **José Roberto Senno**

Presidente da ANSEAF - Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros (as),  
Arquitetos (as) e Agrônomos (as) do Poder Executivo Federal.







SENADO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA

Brasília, 06 de janeiro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor  
**LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

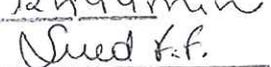
Senhor Secretário-Geral,

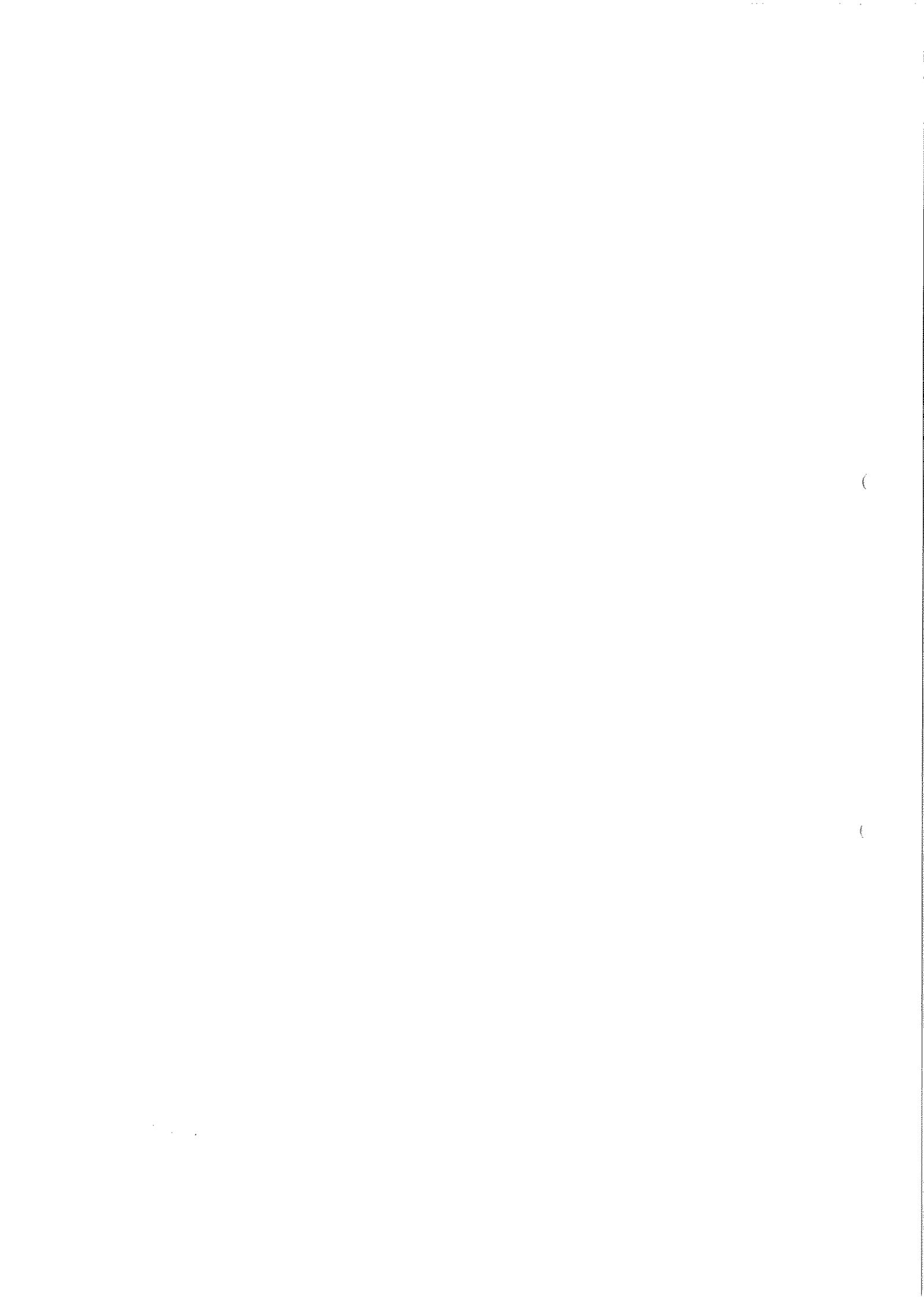
Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício Circular nº 649/14 – CMM	Câmara Municipal de Marabá	Encaminha requerimento de nº 69, que solicita ao departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, que seja feito a iluminação Pública da BR 230.
Ofício nº 0779-02/2014 CMH	Câmara Municipal de Hortolândia	Encaminha para conhecimento, a Moção de nº 93/2014, de autoria do vereador Paulo Pereira Filho de “Apoio à Aprovação no Congresso Nacional de Lei que Institui jornada de trabalho de 30 horas para Psicólogos.
Ofício nº 925/581/2014/ PRESIDÊNCIA-ANSEAF	Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos do Poder Executivo Federal.	Solicita a inclusão do PLC 13/2013, na pauta de Votação desta semana (15 a 19 de dezembro de 2014), no Plenário.
Documento sem numero	Vaguinel Belchior Oliveira	Encaminha Estudo referente a Proposta de Reforma Política.
Processo nº 200.015473/2014-69	Movimento Permanente nada sobre nós, sem nós	Encaminha carta aberta aos três Poderes de República, aos Governos de Estado e do Distrito Federal e a comunidade em geral do movimento permanente nada sobre nós, sem nós, para conhecimento e providências cabíveis.

Atenciosamente,

  
EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI  
Chefe de Gabinete

  
Recebido em 06/01/2015  
Hora: 12h44min  
  
Sueli Ferret Fagundes  
Matr. 232858 Secretária - Geral da Mesa





**Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos do Poder Executivo Federal**

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400.

E-mails da Presidência: [joserobertosenno@gmail.com](mailto:joserobertosenno@gmail.com) e [joserzenno@hotmail.com](mailto:joserzenno@hotmail.com)

**OFÍCIO Nº 918/574/2014/PRESIDÊNCIA-ANSEAF**

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor

Senador da República **RENAN CALHEIROS**

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

End.: Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70175-900

**Assunto:** solicitação de inclusão do **PLC 13, de 2013**, na pauta de votação desta semana no Plenário do Senado.

**Excelentíssimo Senhor Senador da República Presidente do Senado Federal,**

1. Venho solicitar a Vossa Excelência para **incluir o PLC 13, de 2013, na pauta de votação desta semana no Plenário do Senado.**
2. Este PLC 13/2013 vem percorrendo uma longa caminhada nas Casas Legislativas da República brasileira, pois foi apresentado em julho de 2010 (origem PL 7607/2010), sendo sempre aprovado na Câmara dos Deputados e em 2 Comissões Permanentes do Senado (na CAS em ago/2013 e na CCJ em nov/2014). O PLC 13/2013 é terminativo. Teve Parecer favorável de todos os 5 Relatores (de partidos da base do governo e da oposição ao governo). **Tais aprovações e o longo tempo de “amadurecimento” o tornam um consenso no Legislativo, merecendo ir à votação.**
3. Os “agentes” da infraestrutura e do desenvolvimento são os engenheiros, arquitetos urbanistas e engenheiros-agrônomos brasileiros.
4. O TCU em trabalho recente com os demais tribunais de contas brasileiros, num amplo exame da realidade da governança da Administração Pública da União, Estados e Municípios sobre as obras de infraestrutura, tem apontado a desvalorização dos técnicos, a falta de quadro técnico, a falta de planejamento, falhas nos projetos executivos, falhas na

Presidência do Senado Federal  
Marcelo Frota, Mat. 221581  
RECEBI O ORIGINAL

Em: 16/12/14 às 14:45





**Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos do Poder Executivo Federal**

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400.

E-mails da Presidência: [joserobertosenno@gmail.com](mailto:joserobertosenno@gmail.com) e [josersenno@hotmail.com](mailto:josersenno@hotmail.com)

fiscalização, obras com graves problemas (mal projetada, mal executada, perda de qualidade, longos prazos com acréscimos de mais prazos, valores sempre crescentes por meio de aditivos, pouca eficiência e efetividade, etc). E este relatório do TCU foi encaminhado à Presidência da República e ao Congresso Nacional, e teve ainda no dia 17 de novembro de 2014 um evento “Pacto pela Boa Governança: um retrato do Brasil”, no qual foi apresentado ao presidente da República em exercício, Michel Temer, e aos governadores eleitos documento com diagnóstico sobre importantes temas do País.

5. Portanto, já tarda o reconhecimento como “carreiras típicas de Estado” a estes servidores engenheiros, arquitetos urbanistas e engenheiros-agrônomos da Administração Pública brasileira (**há 16 carreiras**, atualmente, como “carreira típica de Estado”, entre elas as de advogado – e há advogado na iniciativa privada e na Administração Pública, só que na Adm. Pública é “carreira típica de Estado”).

6. **Carreira típica de Estado é a que a Lei indicar.** Ela está prevista na EC 19. E não diz respeito ao Regime Jurídico Único da União (que é a Lei 8.112/90 – que também já foi várias vezes alteradas por iniciativas parlamentares, como exemplo PLC 41/2010 do dep. Reginaldo Lopes). Já há o Parecer 1469/2009 da CCJ/Senado aprovado por unanimidade com votos de Senadores do PT, PSDB e demais **pela constitucionalidade** deste tipo de matéria.

7. O Brasil, pela Constituição Federal, é uma República Federativa. Numa federação (e a própria Constituição Federal reconhece isto) não existe poder soberano e nem unidade soberana (portanto, há autonomia, mas relativa), já que estão todos imbricados, e se exige convivência harmoniosa; sendo essencial uma atuação harmônica, coordenada, eficiente e articulada entre todos estes atores da federação.

Respeitosamente,

Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho **José Roberto Senno**  
Presidente da ANSEAF - Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos do Poder Executivo Federal



SENADO FEDERAL  
Presidência

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor  
**LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

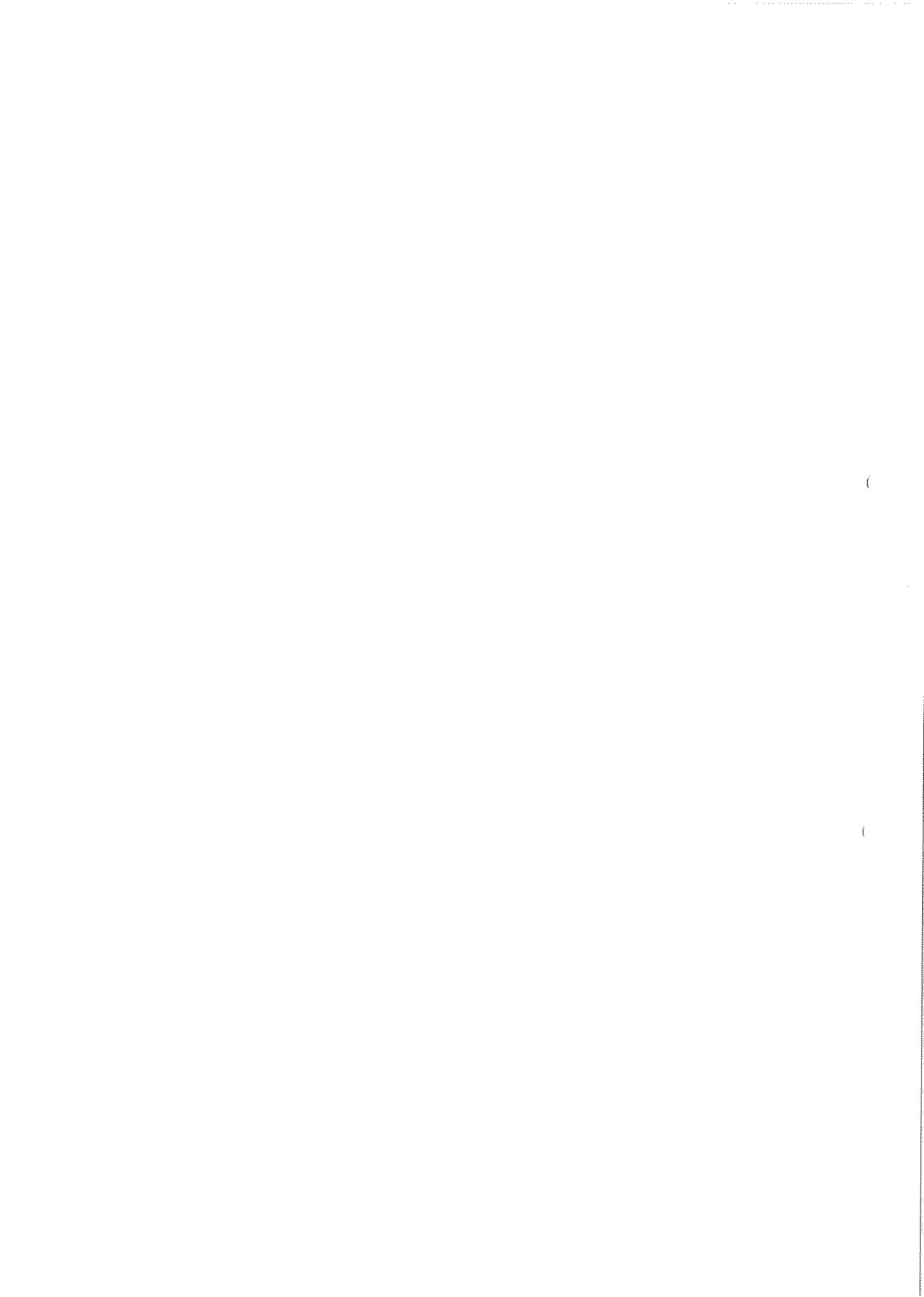
DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício nº 918/574/2014/PRESIDÊNCIA-ANSEAF	Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros – Agrônomos do Poder Executivo Federal	Solicita a inclusão do PLC 13/2013, na pauta de Votação desta semana (15 a 19 de dezembro de 2014), no Plenário.
Documento sem numero	Comissão Brasileira de Ufólogos (CBU)	Solicita audiência públicas em ambas as Casas Legislativas convocando-se os membros da Comissão Brasileira de Ufólogos (CBU) para que apresente ao Poder Legislativo às autoridades brasileiras em geral suas conclusões de décadas de estudo e pesquisas do Fenômeno UFO.
Ofício nº 346/2014/37º ZE-PB, Nº 347/2014/37º ZE-PB	Tribunal Regional Eleitoral dos Estados	Solicitam aprovação do PL 7027/2013.
Ofício nº 848/2014/GAB/CNPCT-MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Encaminha moções de apoio e repúdio resultantes dos Encontros das Regiões Centro Oeste e Sul de Povos e Comunidades Tradicionais.
Ofício nº 59/2014	FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais dos Estado do Paraná.	Encaminha carta de Foz do Iguaçu repudiando a proposta do Governo Federal de alterar a LDO de 2014 no ponto que retira o limite de desconto das despesas com PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e os Incentivos Fiscais. Encaminha também abaixo-assinado.
Telegrama 16/12/2014	Técio Lins e Silva	Rogo que o Substitutivo apresentado ao PLS 236/2012 não seja votado pela CCJC nem pelo Plenário, antes de ser submetido a um amplo debate nacional.
Documento sem numero	ANPM – Associação Nacional dos Procuradores Municipais	Encaminha Nota Técnica PEC 17/2012.

Atenciosamente,

  
**EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI**  
Chefe de Gabinete

  
Regisleide Moreira Silva  
Matrícula n.º 267391  
ATRSGM-Assessoria Técnica da SGM  
19/12/14 às





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 28 de janeiro de 2015

Senhor José Roberto Senno, Presidente da ANSEAF,

Em atenção ao Ofício nº 925/2014/PRESIDÊNCIA-ANSEAF, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Senhoria que sua manifestação foi juntada ao processado do PLC nº 13, de 2013, que "*Acréscena parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal*", conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico [http://www.senado.gov.br/atividademateria/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=112305](http://www.senado.gov.br/atividademateria/detalhes.asp?p_cod_mate=112305).

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa



